

Baixa representação de negros na política deve ser mantida nas eleições deste ano

A sub-representação de negros nos cargos eletivos tende a ser mantida após o pleito deste ano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pretos e pardos correspondem a 54,9% da população brasileira, mas são apenas 46,5% (35,7% pardos e 10,8% negros) dos cerca de 29 mil candidatos aos oito cargos que estarão em disputa em 7 de outubro.

(Câmara Notícias, 02/10/2018 - acesse no site de origem)

Ao todo, são pouco mais de 13 mil candidatos negros: a maior parte deles (66% pardos e 61,9% pretos) disputa as assembleias legislativas, enquanto que apenas cerca de 3% decidiram disputar cargos majoritários de presidente (0,07%), governador (1,1%) e senador (1,9%). Por outro lado, o número total de candidatos negros subiu 2% neste ano em relação às eleições de 2014 (44,2%).

Assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos, Carmela Zigoni aponta outro avanço: o número de candidatas que se autodeclararam pretas ou pardas cresceu 70%. “No entanto”, diz, “ainda temos um quadro bem complicado de sub-representação. A maioria das mulheres negras concorre ao cargo de deputado estadual.”

A Câmara dos Deputados também espelha essa sub-representação e tende a mantê-la, mesmo depois de 190 anos da eleição do primeiro parlamentar afrodescendente. Em um Brasil ainda imperial e escravocrata, o baiano Antônio Pereira Rebouças, filho de pai português e mãe escrava liberta, foi eleito em 1828 para a segunda legislatura da Câmara (1830/1833). Já o Brasil republicano assistiu, em 1909, a eleição do pernambucano Manoel da Motta Moreira Lopes, primeiro deputado federal filho de pai e mãe negros e conduzido ao Parlamento pela mobilização de negros.

Em 2014, apenas 103 (20%) dos 513 deputados federais eleitos se autodeclararam pretos ou pardos. Nas eleições deste ano, os negros (30,8% pardos e 10,9% pretos) correspondem a 41,7% do total dos mais de 8.500 candidatos à Câmara dos Deputados. O percentual é praticamente o mesmo de quatro anos atrás (41%), embora os números absolutos mostrem cerca de 600 candidatos negros a mais na disputa para deputado federal.

Candidaturas sem apoio

A cientista política Nailah Veleci avalia que o aumento de candidaturas é “muito tímido” para determinar maior número de deputados negros efetivamente eleitos. Ela lamenta não haver candidaturas independentes e diz que, no atual sistema eleitoral, “não votamos exatamente naqueles que querem se candidatar, mas sim naqueles que os partidos escolhem para dizer que podem nos representar.”

Nailah Veleci acredita que os partidos têm muitos candidatos negros porque querem mostrar diversidade, “mas investem realmente nas candidaturas brancas já conhecidas”, afirma. Ainda segundo ela, baixo poder econômico e preconceitos reforçados pela mídia são alguns dos fatores que prejudicam o chamado “capital político” dos candidatos negros ao Parlamento.

Segundo a assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) Carmela Zigoni, mesmo com o fundo público de financiamento, essas candidaturas têm menos apoio e menos conhecidas da sociedade. “Com isso, a gente continua reproduzindo privilégios dentro do processo eleitoral brasileiro”, diz.

Possíveis soluções

Entre as possíveis soluções, a cientista política admite cotas para candidatos negros, desde que associadas a um sistema de lista fechada que impeça o lançamento das chamadas candidaturas “laranjas”, usadas apenas para preencher requisitos legais, mas sem viabilidade eleitoral.

Carmela Zigoni, que também é doutora em antropologia, acredita que as cotas devem ser acompanhadas de outras ações, como uma definição mais nítida da partilha do fundo de financiamento das candidaturas - para mulheres, negros e indígenas também.

“Entre uma eleição e outra, deve haver processos de formação e educação para que a sociedade tenha consciência da necessidade de maior representatividade nos espaços de poder”, sugere. “Porque, na medida em que a nossa sociedade tem um racismo estruturante - assim como o machismo muito presente também -, na hora do voto, as pessoas acabam optando por aquele perfil que sempre esteve ali ou optando por não votar”.

Perfil dominante

Homens, brancos, casados e com curso superior formam o perfil dominante entre os candidatos à Câmara dos Deputados. As candidaturas de negros e pardos são expressivas apenas entre aquelas consideradas inaptas pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os números ainda não são definitivos, mas até o fim de setembro, 48,9% dos candidatos inaptos a deputado federal eram pretos (12,8%) e pardos (36,1%). Já em relação aos números gerais de todos os cargos eletivos, o índice de candidaturas inaptas de negros subia para 51,8% (39,7% pardos e 12,1% pretos, até 28/09/18).

Segundo o TSE, os motivos que podem levar uma candidatura a ser declarada inapta são: renúncia, falecimento, cancelamento do registro a pedido do partido, cassação por decisão judicial e indeferimento por não atender as condições exigidas para o registro.

José Carlos Oliveira; Edição - Ana Chalub

Analfabetismo entre pessoas pretas e pardas é mais que o dobro do que entre as brancas, diz IBGE

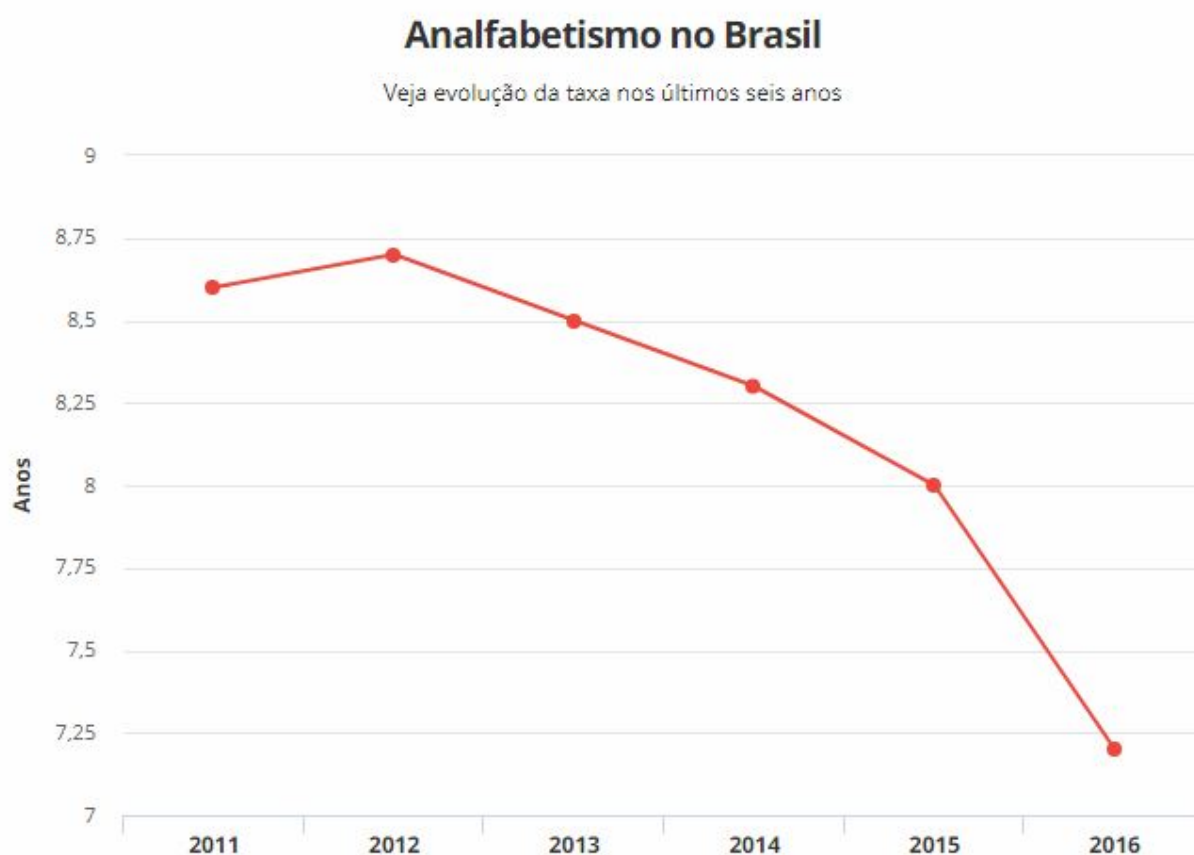
Taxa geral de analfabetismo no país caiu para 7,2%. Entre as pessoas autodeclarados pretas ou pardas, índice é de 9,9%, e de 4,2% entre as brancas.

[\(G1, 21/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Uma pesquisa divulgada nesta quinta-feira (21) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que, em 2016, a taxa de analfabetismo no país caiu para 7,2%. [Em 2015, 8% dos brasileiros com 15 anos ou mais não sabiam ler ou escrever no país.](#)

O levantamento foi feito ao longo de 2016 por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD). Naquele ano, o total de analfabetos foi estimado em 11,8 milhões de pessoas e “apresentou relação direta com a idade, aumentando à medida que a idade avançava até atingir 20,4% entre as pessoas de 60 anos ou mais”.

O total de analfabetos mostra que o país ainda está distante de cumprir a Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei n. 13.005. O PNE estipulava a redução da taxa de analfabetismo para 6,5%, em 2015.



Fonte: IBGE

Taxa entre pretos ou pardos

Além de notar que a taxa é maior entre os mais idosos, a pesquisa também aponta que o número é superior entre as pessoas pretas ou pardas. Se considerados apenas os autodeclarados brancos, a taxa total de analfabetismo é de 4,2%, enquanto entre as que se declaravam pretas ou pardas o índice foi de 9,9%. Em um recorte que considera as pessoas com 60 anos ou mais, o percentual entre os dois grupos é de, respectivamente, 11,7% e 30,7%.

“Essa relação foi constatada em todas as Grandes Regiões”, analisa o relatório do IBGE.

No país, a taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 7,4% e para as mulheres, 7,0%.

Analfabetismo nas regiões

De acordo com o estudo, a região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (14,8%), o que representa “em torno de quatro vezes mais do que as taxas estimadas para as regiões Sudeste (3,8%) e Sul (3,6%). Na Região Norte essa taxa foi 8,5% e no Centro-Oeste, 5,7%. Logo, a Meta 9 do PNE para 2015 só foi alcançada nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste”.

Nível de instrução e anos de estudo

De acordo com o IBGE, no Brasil, 51% da população de 25 anos ou mais de idade estavam concentradas nos níveis de instrução até o ensino fundamental completo ou equivalente; 26,3% tinham o ensino médio completo ou equivalente; e 15,3%, o superior completo.

“Considerando a cor ou raça, as diferenças no nível de instrução se mostraram ainda maiores: enquanto 7,3% das pessoas brancas não tinham instrução, 14,7% das pessoas pretas ou pardas estavam nesse grupo. Situação inversa ocorreu no nível superior completo: 22,2% das pessoas brancas o possuíam, ao passo que entre as pretas ou pardas a proporção era de 8,8%”, aponta o relatório do IBGE.

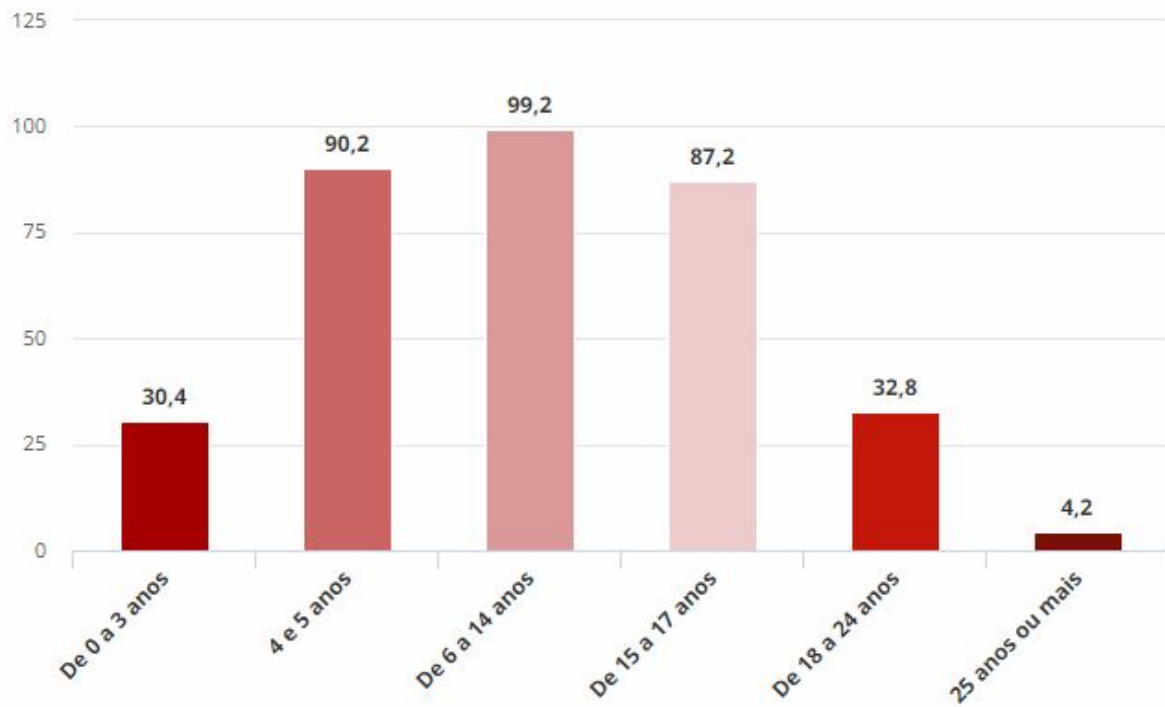
Taxa de escolarização

A pesquisa também verificou o percentual das pessoas que frequentavam a escola, um contingente que somava 56,5 milhões de pessoas. “Entre as crianças de 0 a 3 anos a taxa de escolarização foi 30,4%, o equivalente a 3,1 milhões de estudantes, e entre as crianças de 4 e 5 anos, faixa correspondente à pré-escola, a taxa foi de 90,2%, totalizando 4,8 milhões de estudantes”.

A meta 1 do PNE estabelecia a universalização, até o ano de 2016, da educação infantil na pré-escola. Entretanto a PNAD constatou, em 2016, taxa de 90,2%.

Taxa de escolarização

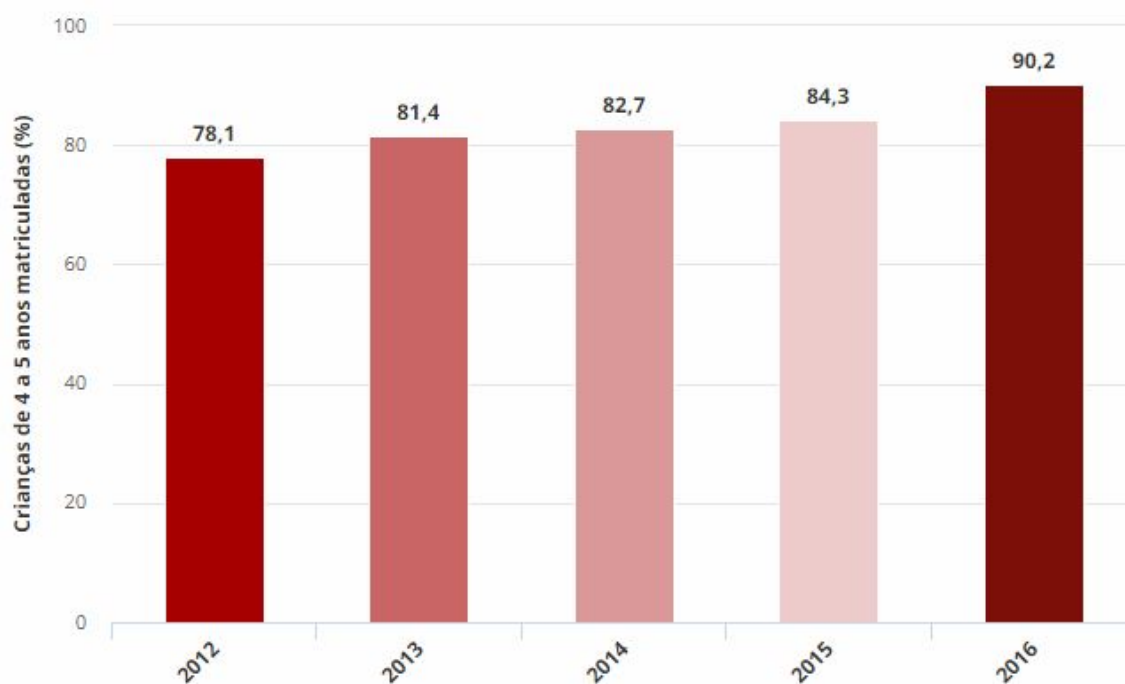
segundo os grupos de idade (%)



Fonte: IBGE

Apesar de a meta não ter sido atingida, houve um aumento significativo da presença de crianças de 4 a 5 anos na escola. Em 4 anos, o índice subiu de 78,1% para 90,2%. Veja a seguir:

Taxa de escolarização de crianças de 4 ou 5 anos



Fonte: IBGE

A PNAD também constatou que 5% dos estudantes de 6 a 10 anos e 15,6% de 11 a 14 anos de idade estavam atrasados em relação à etapa de ensino que deveriam estar frequentando, seja por reprovação, seja por evasão.

A meta 2 prevê a universalização, até 2024, do ensino fundamental de nove anos para as pessoas de 6 a 14 anos.

Rede de ensino

Do total de estudantes, 73,5% frequentavam escola pública, enquanto 26,5%, escola privada. “Enquanto nos cursos até o ensino médio a rede pública corresponde a mais de 70% dos estudantes, no ensino superior de graduação essa participação se reduz a 25,7%, e na especialização, mestrado e doutorado equivale a 32,9%”, aponta o relatório.

A pesquisa estimou que 24,8 milhões das pessoas de 14 a 29 anos de idade não frequentavam escola, cursos pré-vestibular, técnico de nível médio ou de qualificação profissional, e, no caso dos mais velhos, não haviam concluído uma graduação.

Ocupação e condição de estudo

O IBGE também analisou a situação na ocupação e condição de estudo para pessoas de 14 a 29 anos. “No que diz respeito à cor ou raça, a maior diferença entre os grupos foi estimada para as pessoas que estavam não ocupadas e não estudavam: 16,6% para as pessoas brancas e 23,3% para as pretas ou pardas”, aponta o relatório do IBGE.

Ocupação e condição de estudo

Pessoas de 14 a 29 anos de idade (%)



● Não ocupada e estudava: 32,7 ● Ocupada e não estudava: 33,4
● Ocupada e estudava: 13,3 ● Não ocupada e não estudava: 20,5

Fonte: IBGE

[Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial está confirmada para maio](#)

Com o tema “O Brasil na Década dos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”, a data da 4ª Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial (Conapir) está confirmada. O encontro será sediado em Brasília entre os dias 27 e 30 de maio de 2018. A nova data foi publicada no *Diário Oficial da União* dessa quarta-feira (2).

[\(Agência Brasil, 03/08/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Prevista para ocorrer entre os dias 5 e 7 de novembro de 2017, a 4ª Conapir foi adiada em junho de 2017 pelo então presidente em exercício, Rodrigo Maia. Em entrevista à Agência Brasil, o secretário de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Juvenal Araújo, informou que a decisão foi tomada pela Presidência da República e a justificativa é o momento político e econômico do país.

“Por causa do contexto econômico do Brasil e do governo federal, precisávamos de uma data

viável e, devido aos cortes orçamentários e ao momento político, a decisão foi que a Conapir ficasse para maio”, disse.

A decisão pelo adiamento foi unilateral. “A sociedade civil estava ávida pela conferência e havia uma certa ansiedade, mas hoje todos os estados já se programaram e inclusive convocaram as etapas estaduais”, disse Araújo.

A conferência nacional será precedida por conferências livres, organizadas pela sociedade civil, conferências municipais e estaduais. As propostas reunidas nos relatórios produzidos até novembro deste ano, data limite para a realização das conferências estaduais, serão compiladas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para serem discutidas durante o encontro em Brasília.

Municipalização das políticas

O secretário Juvenal Araújo explicou que os principais objetivos da Conapir são verificar os resultados e andamentos das propostas feitas na 3ª conferência e propor políticas necessárias para garantir avanços no combate à desigualdade racial. Serão discutidas questões voltadas ao enfrentamento do racismo, à conquista de novos direitos e ao combate à discriminação.

Na avaliação de Araújo, o Brasil avançou pouco desde a última Conapir, em 2013. “Se avançou muito pouco da 3ª conferência para cá. É até um processo de avaliação que nós, como Conselho Nacional, temos que fazer. Precisamos olhar para a causa de termos tido pouco avanços.”

Sobre os principais desafios para a superação da desigualdade racial no país, Juvenal listou o assassinato de jovens negros, a falta de negros em posição de poder e o feminicídio de negras pobres. “A violência por causa do racismo tem esses tentáculos, que estamos tentando enfrentar”, disse.

Araújo defende o envolvimento dos estados e municípios na formulação e implementação de políticas. “Nosso carro-chefe principal atualmente é a adesão dos municípios e estados ao Sistema Nacional de Políticas de Igualdade Racial. Nós acreditamos que só conseguiremos discutir, implantar e ampliar políticas públicas se tivermos o compromisso dos prefeitos, gestores e governadores com essas políticas.”

Ele explicou que, para acessar o Sistema Nacional, o estado ou o município precisa ter um órgão de igualdade racial e um conselho (municipal ou estadual) de igualdade racial criado. Até agora, 61 municípios de 15 estados já fizeram a adesão ao sistema, entre eles São Paulo, o mais populoso do país. “Com a adesão, torna-se possível buscar recursos federais para políticas de igualdade racial no município ou estado”, destacou o secretário.

Maiana Diniz; Edição: Juliana Andrade

Vítimas de racismo e injúria racial relatam casos de agressão

A população negra ainda sofre com ataques racistas no dia a dia. São histórias de agressão no transporte, no trabalho e no esporte.

(Profissão Repórter, 19/07/2017 - acesse no site de origem)

A população negra ainda sofre com ataques racistas no dia a dia. São histórias de agressão que acontecem no transporte público, no trabalho, nas tarefas diárias e no esporte.



Clique na imagem e assista ao vídeo da matéria

O goleiro Aranha, um dos principais ídolos da Ponte Preta, foi vítima de um caso de racismo que teve muita repercussão e marcou sua carreira. Em 2014, quando era goleiro do Santos, integrantes da torcida do Grêmio o chamaram de macaco. Na ocasião, o time foi excluído da Copa do Brasil e condenado a pagar multa de R\$ 50 mil. Para o jogador, esse fato marcou sua carreira: “Hoje, infelizmente, quando alguém pesquisa sobre goleiro Aranha, aparece, imagens, vídeos e matérias sobre esse assunto”.



Racismo marcou a carreira do goleiro Aranha
(Foto: TV Globo)

Ainda hoje, Aranha sofre com ataques racistas. Recentemente, depois de um jogo contra o Bahia, pelo menos dois torcedores publicaram ofensas racistas contra ele. Um dizia: “Aranha preto, tem que voltar pra senzala”. O outro: “macaco volta pra jaula, preto gorila”. “Às vezes, na internet, o pessoal tá meio escondido ou acha que tá escondido atrás de um perfil falso, se sente seguro atrás de uma tela de computador”, afirma o goleiro.

Em 2014, Aranha ganhou um prêmio da Secretaria de Direitos Humanos, que reconheceu a coragem do goleiro para enfrentar o preconceito e denunciar os atos de racismo dentro do futebol: “Esse é o meu troféu mais importante. Antes do dinheiro, antes da fama, antes de qualquer coisa, vem a humanidade, por isso esse prêmio é o mais importante”. **No vídeo acima, o atleta conta mais sobre os vários episódios de racismo que já passou.**

Violência no dia a dia

Imagens de celular mostram os irmãos Denis e Danilo Evangelista sendo arrastados por policiais ferroviários e seguranças que trabalham na estação Barra Funda da CPTM, em São Paulo. A confusão começou por volta das 22h, depois que Denis tentou usar o banheiro da estação, que já estava fechado: “Eu expliquei que estava muito apertado, que precisava ir ao banheiro e eles falaram que não tinham a chave. Só que começou a sair gente do banheiro e eu questionei. Ele falou: ‘sai fora macaco’. Nisso começou a chegar mais policiais, que foram agressivos”.



Denis foi agredido em uma estação de trem
(Foto: TV Globo)

O gerente de segurança da CPTM, Iran Figueiredo, se defende: “Essa ocorrência começou com o Denis procurando usar o banheiro da estação, que já estava fechado. Ele voltou, provocou os agentes e começou a falar impróprios para os agentes. Então, ele foi abordado e a abordagem é que gerou todo esse problema. Na medida em que ele se nega e fisicamente se opõe ao agente, o agente é obrigado a usar também de meios físicos pra dominação”.

No boletim de ocorrência, os agentes da CPTM e os policiais ferroviários são acusados de levar os irmãos para uma sala, onde Denis teria sido agredido. Dois agentes foram afastados. A CPTM se negou a disponibilizar as imagens das câmeras de segurança.

Em outro caso, o comerciante Luis Henrique da Silva conta que foi vítima de injúria racial dentro de um supermercado, na Zona Norte de São Paulo, no dia 22 de abril: “Eu me dirigi ao caixa e tinha uma senhora na minha frente. Ela falou que eu bati o carrinho na perna dela. Eu pedi desculpa. Ela falou baixinho pra menina do caixa, mas alto pra eu escutar: ‘Além de preto, é corintiano’. Ela terminou de colocar as coisas dela no caixa e na sequência virou me chamando de preto, de macaco, de filho daquilo, de bandido, de ladrão”.



Luis sofreu injúria racial em um supermercado (Foto: TV Globo)

Karina Camerlengo testemunhou o caso e ouviu xingamentos: “Ela chamou ele de preto e depois o xingou. Eu vi o Luis pedindo desculpas o tempo todo, em momento nenhum ele a ofendeu”. Luis sofreu muito depois do episódio: “Toda vez que eu venho aqui, eu lembro da situação, da cena. Isso mexeu com o meu psicológico por um tempo, se eu não tivesse amigos e familiares, eu não sei como eu estaria. Se eu não tivesse o meu filhinho de dois anos, eu não estaria aqui para contar isso pra vocês”.

As imagens entregues pela polícia ao Ministério Público não mostram a confusão em frente ao caixa. A mulher que fez as agressões alega ter problemas psiquiátricos. O advogado dela diz que o laudo médico deve inocentar sua cliente.

Crimes raciais na internet

A modelo Nérida Cocamaro tem 25 anos e é filha imigrantes da Guiné-Bissau, na África: “Ninguém nunca fala explicitamente: ‘a gente não quer trabalhar com você por conta da cor da sua pele’, mas eu percebo que o tratamento comigo é diferente pelo meu tom de pele. São coisas que a gente tem que quebrar todos os dias”.

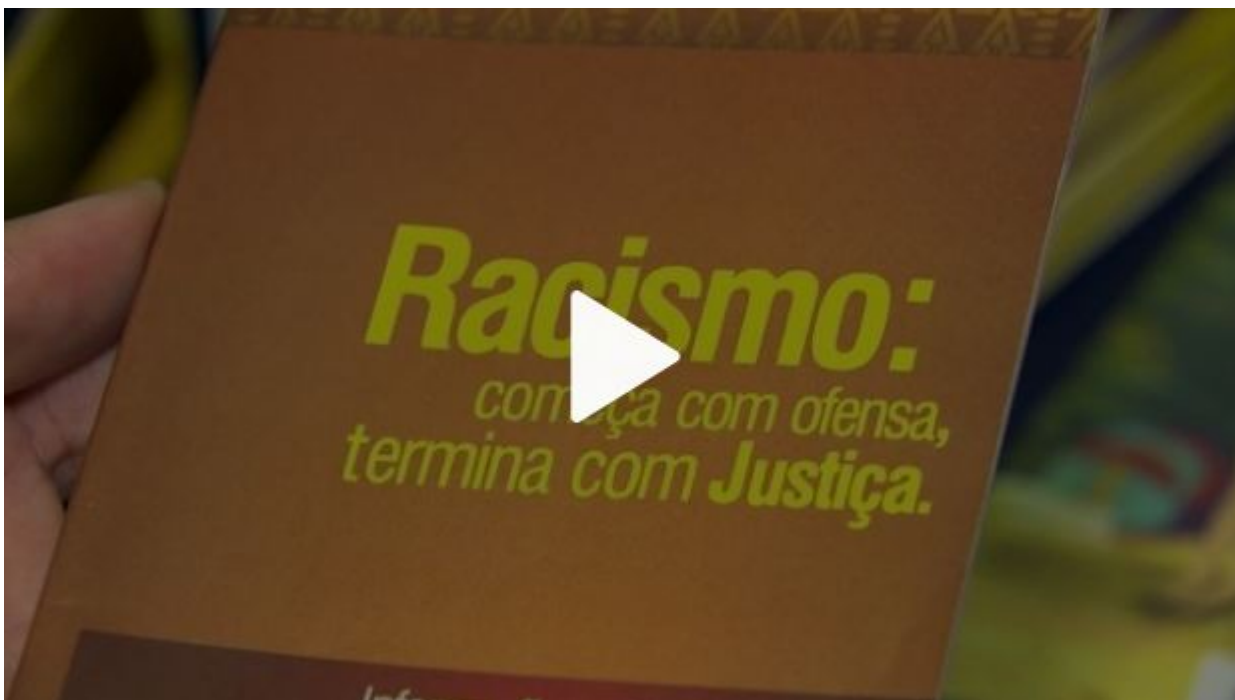


Nérida sofreu ataques na internet (Foto: TV Globo)

Seu último trabalho comercial foi publicado há dois meses na internet. A iluminação das fotos deu mais destaque à roupa do que aos modelos e ela se ofendeu com os comentários que considerou racistas: “Eu e mais quatro modelos fizemos o trabalho e assim que eles postaram as fotos, começou a surgir alguns comentários. Como, por exemplo: ‘não consegui enxergar nada, eu consegui ver a roupa e o fundo, a roupa é flutuante’. Pra uma pessoa que é branca, não significa nada. Só que pra mim, pela vivência que eu tenho, pelas experiências, aquilo ali significa muito”.

Uma ONG especializada em crimes virtuais registrou em 2016, no Brasil, mais de 35 mil denúncias relacionadas a crimes raciais na internet. Desses casos, 66% foram postados no Facebook. “Por isso que eles usam a internet, porque eles acham que estão protegidos de algum tipo de punição”, opina Nérida, que denunciou o caso no Ministério Público. O caso dela foi encaminhado para o Núcleo de Combate a Crimes Cibernéticos.

Após os ataques terroristas em Manchester, na Inglaterra, no dia 22 de maio, uma internauta fez um post lamentando que o ataque não tinha acontecido na Bahia, onde teria gente “nojenta e escurinha”. O caso está sendo investigado pelo Ministério Público. **No vídeo abaixo, a promotora de Justiça, Livia Maria Vaz, que cuida do caso, fala sobre o andamento do processo:**



Clique na imagem e assista vídeo da matéria

[Nível da qualidade de vida dos negros tem uma década de atraso em relação ao dos brancos](#)

Mesmo crescendo em um ritmo maior, o nível da qualidade de vida da população negra no Brasil está uma década atrasado em relação ao dos brancos. É o que mostra o mais recente estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – órgão da ONU – em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo o documento “Desenvolvimento Humano para Além das Médias”, divulgado nesta quarta-feira, entre 2000 e 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) da população negra cresceu, em média, 2,5% ao ano, acumulando alta de 28% no período, frente aos 1,4% anuais dos brancos ou 15% em dez anos. Mas, apesar do ritmo mais acelerado, só em 2010 o IDHM dos negros alcançou a pontuação (0,679) que já havia sido atingida pelos brancos dez anos antes (0,675).

[\(O Globo, 10/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

O desenvolvimento humano dos brancos em 2010 já estava em 0,777. Era 14,42% maior que os dos negros, ainda que essa diferença tenha diminuído em relação a 2000, quando o IDHM dos brancos era 27,1% superior. O indicador varia de zero a 1 – onde quanto mais próximo de 1, melhor o IDHM – e mede a qualidade de vida para além da renda, ao levar em conta indicadores de saúde e educação.

Leia também: [Qual é a pior cidade brasileira para mulheres?\(UOL, 10/05/2017\)](#)

Todas as três dimensões que compõem o índice apresentaram avanços nessa década. No caso da população negra, a maior contribuição para o crescimento do IDHM veio da educação, com uma alta média anual de 4,9%. A educação também foi a dimensão que mais avançou no IDHM da população branca, mas com taxa anual média de crescimento inferior, de 2,7%.

Leia aqui a íntegra do estudo [“Desenvolvimento Humano para além das médias”](#)

RENDA DOS BRANCOS É MAIS DO QUE O DOBRO DA POPULAÇÃO NEGRA

Com relação a renda, o estudo mostra um abismo entre os dois grupos. Em 2010, a renda domiciliar per capita média da população branca era mais que o dobro da população negra: R\$1.097,00 ante R\$ 508,90. Quanto à escolaridade da população adulta, 62% da população branca com mais de 18 anos possuía o fundamental completo, ante 47% da população negra. A diferença na esperança de vida ao nascer entre brancos e negros era de 2 anos, respectivamente 75,3 anos e 73,2.

SÓ EM SEIS ESTADOS NEGROS E BRANCOS TÊM IDHM SEMELHANTE

A ONU classifica o IDHM numa escala que vai de muito baixo (0 a 0,499) a muito alto (a partir de 0,800). Em 2010, em apenas seis estados brancos e negros estavam num mesmo patamar de desenvolvimento humano (em RR, MT, GO, SC e ES era alto em em AL baixo para ambos os grupos).

Em sete estados mais Distrito Federal, os negros tinham desenvolvimento humano considerado alto. Nos 19 estados restantes, era médio. Para a população branca, dois estados mais o DF estavam na faixa de muito alto desenvolvimento humano, 23 em alto e 2 na faixa de médio desenvolvimento humano.

As maiores diferenças percentuais entre o IDHM da população branca e negra, em 2010, foram observadas no Rio Grande do Sul (13,9%), Maranhão (13,9%) e Rio de Janeiro (13,4%). Já as menores diferenças percentuais estavam no Amapá (8,2%), Rondônia (8,5%) e Sergipe (8,6%).

A maior redução na diferença entre o IDHM dos brancos e negros, entre 2000 e 2010, foi observada em Santa Catarina (-0,047). Em contrapartida, Roraima apresentou aumento de 0,033 na diferença entre o IDHM de brancos e negros, de 2000 a 2010.

EM NENHUM MUNICÍPIO ANALISADO NEGROS TÊM IDHM MUITO ALTO

Também foram analisados indicadores de qualidade de vida de 111 municípios brasileiros. A população branca possuía IDHM muito alto em 50 municípios, enquanto a população negra não havia alcançado esse grau de desempenho em nenhum deles. A desigualdade entre brancos e negros, em relação a qualidade de vida, é maior em Porto Alegre (RS), onde IDHM da população negra foi 18,2% inferior ao IDHM da população branca. Em contrapartida, a menor diferença foi observada em Ribeirão das Neves (MG), onde o IDHM da população negra era 3,1% inferior ao IDHM da população branca.

Assim, o IDHM da população branca variou entre 0,701 (Ribeirão das Neves-MG) e 0,904 (Vitória-ES), e da população negra entre 0,654 (Caruarú-PE) e 0,790 (Vitória-ES).

Na dimensão esperança de vida ao nascer, os dados variam de 73,1 anos (Maceió) a 79 anos (Uberlândia) para a população branca, ao passo que, para a população negra, foi de 71,8 anos (Marabá) a 77,8 anos (Blumenau).

Na dimensão educação, o IDHM-E oscilou entre 0,614 (Viamão-RS) e 0,890 (Vitória-ES) para a população branca, e entre 0,505 (Pelotas-RS) e 0,745 (Vitória-ES) para a população negra. Por fim, na dimensão de renda, a renda domiciliar per capita média variou de R\$ 469,00 (Caucaia-CE) a R\$ 2.700,00 (Vitória-ES) para a população branca, e de R\$ 345,00 (Caucaia-CE) a R\$ 1.174,00 (Brasília-DF) para a população negra.

[Relatório completo](#)

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA: O que São Paulo tem feito para acabar com a desigualdade racial no combate à aids

Neste domingo (20) é celebrado o Dia da Consciência Negra em mais de mil cidades brasileiras. A data chama à reflexão sobre a importância da cultura e da história do negro no Brasil. Neste dia, em 1695, morreu Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência à escravidão e último líder do maior dos quilombos do período colonial. Embora comemorada há mais de 30 anos por ativistas do movimento negro, a data só foi oficializada em 2011, pela Lei 12.519, como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. No calendário escolar, ela consta desde 2003.

[\(Agência Aids, 19/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Desde sempre, a história dos negros é marcada pela luta constante contra a discriminação racial, que os coloca em situações de vulnerabilidade social e econômica, como mostra o artigo de [Carlos Henrique de Oliveira, publicado em nosso site](#). Não é diferente quando se trata de HIV/aids. Embora não sejam considerados populações-chave para a epidemia, os negros respondem por estatísticas preocupantes, por exemplo, em relação a mortes em consequência da doença.

[Leia mais: Pesquisa mostra dificuldade de acesso de negros aos serviços de saúde \(SPTV, 18/11/2016\)](#)

“O risco de uma pessoa preta infectada por HIV morrer por complicações causadas pelo vírus é 2,4 vezes maior do que o de uma pessoa branca”, disse Sara Romero, da Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo, no seminário HIV/Aids e Relações Étnicas Raciais, realizado recentemente pelo Programa Municipal de DST/Aids de São Paulo.

“A discriminação acontece em todas as instituições e na saúde não é diferente. Já dizíamos isso na década de 80, numa época em que não havia dados e éramos acusados de vitimistas. Hoje, a

saúde reconhece que existe racismo institucional, mas a Política Nacional da Saúde da População Negra com todas as suas diretrizes não foi implantada. Faz cinco anos que virou lei, mas na prática a gente não vê”, disse a militante negra Edna Muniz, do Centro de Estudos e Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT), no mesmo evento.

Margarete Lira, da Coordenação de Epidemiologia e Informação da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, disse que, além da aids, as mortes por homicídios, outras doenças infecciosas e parasitárias, hipertensivas e cerebrovasculares, também atingem prioritariamente os negros.

No caso da tuberculose, a incidência de mortes a cada mil habitantes é de 84,4 em pessoas pretas, 48,7 em pardas e 37,4 em brancos. A de sífilis congênita é de 6,2 em pretos, 6,3 em pardos e 4,7 em brancos.

“Esses reafirmam que a categoria racial é um importante marcador de desigualdade”, disse Margarete Lira.

Outros dados

No evento, foram apresentados ainda, por Eliana Gutierrez, dados preliminares do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) que comprovam a maior vulnerabilidade da população negra em relação à branca na cidade de São Paulo:

— em 2015, a taxa de detecção de casos de aids, em cada 100 mil habitantes, foi de 21,4 em mulheres pretas; 13,4 em pardas; e 7,3 em brancas

— no caso dos homens, esse número é de 51,8 em pretos; 40,6 em pardos; e 30,7 em brancos

— a taxa de mortalidade por aids no município é de 12,8 em pretos, 5,8 em pardos e 7,2 em brancos.

“Epidemias como a da aids atingem as pessoas de maneiras diferentes, mas a população negra é mais afetada do que a branca. Quero discutir o motivo por que elas atingem mais os negros. Essa situação exige mudança, é inaceitável”, disse Eliana.

Segundo Eliana Gutierrez, para minimizar a diferença no acesso aos cuidados, por exemplo, sua gestão à frente do Programa Municipal investiu na prevenção primária sem barreiras. Camisinhas, hoje, são colocadas em grandes jumbos (displays) em pontos estratégicos da cidade, na ruas, nas portas dos serviços de saúde e em terminais de ônibus. Todo mundo pode pegar o preservativo a hora que quiser e o quanto quiser.

“Outro ponto em que nós investimos foi na oferta de testes rápidos e, principalmente, na identificação dos territórios que não têm essa oferta”, continuou Eliana. “Ofertar tratamento para todas as pessoas que vivem com HIV foi a meta que perseguimos. Olhamos serviço por serviço, fomos atrás para descobrir porque não estamos atendendo a todos.”

A coordenadora também citou como estratégia de combate ao HIV a oferta da PEP (profilaxia pós-exposição), que, segundo ela, tem sido tarefa muito difícil e muito complexa. “Mas temos conseguido.”

Estratégias do estado

Expandir a testagem para a atenção básica, capacitando os municípios para que eles possam trabalhar melhor o acesso democrático ao tratamento e à prevenção tem sido uma estratégia também do Programa Estadual de DST/ Aids de São Paulo, segundo sua coordenadora, Maria Clara Gianna.

“É importante fazer uma análise sobre o comportamento da epidemia para poder criar medidas e estratégias. Há muito tempo, nós trabalhamos com os serviços de saúde a questão do racismo institucional. A população negra tem menos acesso porque, além do racismo institucional, enfrenta mais dificuldades socioeconômicas. Tudo isso vai além das DSTs ou da saúde como um todo. É um problema social, resultado de questões históricas.”

Maria Clara acredita que, para melhorar esse quadro, é preciso avançar em educação e informação. “Temos de pensar em novas formas de comunicação com o protagonismo da população negra. Tanto nas pequenas ferramentas como na grande mídia.”

Número de personagens negros e LGBT nas séries americanas bate recorde

Diversidade de gênero e racial ainda é pequena, no entanto

(O Globo, 03/11/2016 - acesse no site de origem)

Se, no cinema, o último Oscar trouxe à tona questionamentos sobre a falta de representação na Academia, a TV americana caminha na direção contrária. Um estudo realizado pela Gay & Lesbian Alliance Against Defamation (GLAAD) revelou que a temporada de 2016-17 das séries de TV aberta, a cabo e serviços de streaming bate recordes de personagens LGBT, negros e deficientes físicos. Tudo com a ajuda de produções como “Luke Cage”, “How to get away with murder”, “The get down” e “Transparent”, entre outras.

Em seu 21º aniversário, o relatório anual “Where we are on TV”, que pode ser traduzido como “Onde estamos na TV”, mostrou que personagens negros contam como 20% do total, um recorde histórico. Além deles, personagens da comunidade LGBT e com deficiências também atingiram suas maiores marcas: 4,8% e 1,7%, respectivamente.

O estudo, que antecipou as temporadas das séries que vão desde junho de 2016 a maio de 2017, mostrou ainda que personagens transgêneros nos elencos fixos mais que duplicaram neste último ano, saindo da casa dos 7% para 16%.

“Apesar do animador progresso feito pela representação LGBT, é importante lembrar que os números são apenas parte da história, e que nós precisamos continuar a fazer pressão para que sejam feitos mais retratos dessa comunidade”, defendeu Sarah Kate Ellis, presidente da GLAAD. “A GLAAD vai continuar a trabalhar com Hollywood para contar histórias LGBT que acelerem sua aceitação”.

Os recordes, contudo, ainda representam uma pequena parte de todo o universo televisivo, que

reproduz preconceitos inclusive dentro dessas comunidades. Entre os personagens LGBT, por exemplo, a diversidade racial ainda é um problema: na TV a cabo, 72% desses personagens são brancos; nos serviços de streaming, esse número fica na casa dos 71%.

Já a representação de personagens negros e bissexuais permanece sob uma visão machista. Apenas 38% dos negros são mulheres; dos 21 bissexuais, apenas seis são vividos por homens.

População negra é a que mais morre em decorrência da aids em São Paulo, afirmam especialistas

“Essa não é uma vulnerabilidade biológica, mas social”, afirmou Eliana Gutierrez, coordenadora do Programa Municipal de DST/aids de São Paulo, durante o seminário HIV/Aids e Relações Étnicos Raciais, que aconteceu nesta sexta-feira (28), na Escola da Cidade, em São Paulo. A afirmação de Eliana foi citada de diferentes maneiras por todas as participantes da mesa. O que todas concordaram é que o racismo institucional e a falta de acesso aos serviços existe e precisa ser combatido.

(Agência Aids, 29/10/2016 - acesse no site de origem)

“Hoje, o risco de uma pessoa preta, infectada pelo HIV, morrer por aids é 2,4 vezes maior do que de uma pessoa branca”, disse Sara Romero, da Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo. “Também, temos mais mulheres pardas sem acesso ou adesão ao tratamento do que brancas”, continuou.

De acordo com Sara, no estado de São Paulo, 21,5% das pessoas pretas soropositivas morreram em decorrência da aids, sem nunca ter iniciado o tratamento. “Para avaliar dados, nós não agrupamos pretos e pardos, a raça/cor é autodeclarada. Fazer essa junção também pode mascarar grandes diferenças”, explica.

Casos de aids

Na cidade de São Paulo, em 2015, a taxa de detecção de casos de aids, em cada 100 mil habitantes, foi de 21,4 em mulheres pretas; 13,4 em pardas; e 7,3 em brancas. No caso dos homens, esse número é de 51,8 em pretos; 40,6 em pardos; e 30,7 em brancos; conforme dados preliminares do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), apresentados por Eliana.

A taxa de mortalidade por aids no município também apresenta uma grande disparidade. Ela é de 12,8 em pretos, 5,8 em pardos e 7,2 em brancos. “Epidemias como essa atingem as pessoas de maneiras diferentes, mas a população negra é mais afetada do que a branca. Não quero que mais pessoas brancas se infectem, mas quero discutir o motivo de que elas atingem mais aos negros. Essa é uma situação que exige mudança”, disse Eliana.

Conforme mostrou Margarete Lira, da coordenação de Epidemiologia e Informação da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, além da aids, as mortes por homicídios, doenças infecciosas e parasitárias, hipertensiva e cerebrovascular, também atingem prioritariamente aos negros.

No caso da tuberculose, por exemplo, a incidência de mortes é de 84,4 em pessoas pretas, 48,7 em pardas e 37,4 em brancos. A de sífilis congênita é de 6,2 em pretos, 6,3 em pardos e 4,7 em brancos, isso em cada mil habitantes.

“Esses resultados tornam evidente a relação entre condições sociais e categoria racial com a saúde. Reafirma que a categoria racial é um importante marcador de desigualdade”, afirma Lira. “Esses números revelam que se as ações de prevenção estão acontecendo, elas não estão no caminho certo. Pois não chegam a toda população do mesmo jeito. Isso levanta questionamentos a respeito da categoria social, escolaridade e o racismo institucional”, disse Sara Romero.

Conhecimento

Por meio de dados como esses, segundo Eliana, o município procurou saber se a falta de conhecimento a respeito das tecnologias de prevenção e serviços de saúde também eram fatores responsáveis por essa realidade. No entanto, uma ampla Pecap (Pesquisa de Conhecimento, Atitudes e Práticas) mostrou que ambos têm conhecimento sobre a importância do uso da camisinha. Porém, a maioria da população branca pode comprar o insumo na farmácia. Já os pretos e pardos procuram nos serviços de saúde do SUS (Sistema Único de Saúde).

“Isso nos ajuda a repensar se a oferta está acontecendo da mesma forma para todo mundo, se o tratamento é o mesmo. Quais fatores repelem e quais aproximam as pessoas dos serviços de saúde? Se a Secretaria não consegue chegar a toda a população, temos que mudar. Esses resultados nos envergonham”, afirmou Eliana.

Edna Muniz, do Centro de Estudos e Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT), afirmou que no Brasil o racismo institucional acontece em todos os setores, inclusive na saúde. “No país somos 51% da população. Deve se prestar mais atenção nesses dados para uma ação. Fica aí uma tarefa para que seja cumprida”.

O seminário HIV/Aids e Relações Étnicas Raciais foi realizado pelo Programa Municipal de DST/aids de São Paulo.

Daiane Bomfim

Socióloga Vilma Reis tem militância

reconhecida

Referência em ações de garantia e ampliação de direitos das mulheres, jovens e da população negra em geral, a socióloga e ouvidora a Defensoria Pública da Bahia, Vilma Reis, 46 anos, recebe a medalha Zumbi dos Palmares. A solenidade ocorre nesta quarta-feira, 31, às 19h, no Plenário Cosme de Farias da Câmara de Vereadores de Salvador.

[\(A Tarde, 30/08/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Homenagem proposta pelo vereador Sílvio Humberto (PSB), a honraria criada pela educadora Olívia Santana é a mais importante condecoração municipal concedida aos destaques na luta pelo combate ao racismo e intolerância e em prol da cultura afrodescendente. “Tenho honra e orgulho em poder reconhecer a atuação de outra militante. Vilma tem discurso e prática no comprometimento ao longo da vida com a promoção da igualdade de direitos, racial, de gênero e sexualidade”, afirma o vereador.

A capacidade de conscientização e a sensibilidade de lidar com diferentes públicos são características da atuação da socióloga para a professora da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e coordenadora executiva do Instituto de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero (Iceafro), Maria Nazaré Mota de Lima: “Ela sempre foi um canal de amplificação e as pessoas reconhecem essa força e o fato de ela sempre aparecer nos momentos necessários”.

A trajetória da pesquisadora é inspiração para uma geração e negros e negras engajados no enfrentamento à discriminação. “Vilma é exemplo na produção intelectual e conduta ética. Denuncia o racismo institucional no âmbito da segurança pública, o sexismo, dentre outras formas de violência e inspira jovens a seguir a chama que ela acendeu”, diz a assistente social e doutoranda em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Carla Akotirene.

Na academia, os trabalhos são reflexos da atuação fora desse universo: a monografia Operação Beiru, Falam as Mães dos que Tombaram (2001); a dissertação Atucaiados pelo Estado: As políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e as representações dos gestores sobre jovens homens negros (2005); e a tese de doutorado, em andamento, Mulheres Negras - criminalizadas pelas mídias, violadas pelo Estado.

Os 32 anos de luta a faz colecionar admiradores em diversos segmentos. “Desde o final de 2010, ela nos defende. Na luta pela minha comunidade, peço, todos os dias, para ter a mesma força que ela. Não tem hora que eu ligue e não receba ajuda dela”, diz a representante do Quilombo Rio dos Macacos, Rosimeire dos Santos.

Aos que acompanham e dividem os embates contra as diversas formas de opressão, fica a certeza da dedicação. “Ela é entregue 24 horas por dia. Fez da luta a existência na vida e tem a sabedoria de fazer disso um espaço de ensinamento e de aprendizado. E, pelo que conheço nesses mais de 20 anos de convívio, ela estende essa homenagem a atuação coletiva”, afirma a representante da Rede de Mulheres Negras da Bahia, Tânia Palma.

O reconhecimento também encontra reforço na referência espiritual de Vilma Reis, que é filha do Terreiro do Cobre. “Ela é incansável na luta contra a desigualdade no país. Se na nossa cidade existisse uma medalha mais importante para essa militância, ela merecia”, afirma a

ialorixá do Cobre, Valnizia Pereira Bianch.

Com a vida marcada pela resistência desde a infância, Vilma Reis tem a consciência da necessidade da coletividade.

“Somos fruto da militância de várias pessoas e damos continuidade inspirando outras. Não se faz luta sozinho. Fico feliz em fazer parte desse trabalho para chegarmos onde estamos e com a disponibilidade de aprender e ensinar para seguirmos construindo”, conclui a socióloga.

Como vivem os negros no clube do 1% mais rico do país

(BBC Brasil, 01/08/2016) Mônica Valéria Gonçalves, de 47 anos, é servidora pública de um tribunal em Brasília. É casada com um juiz de direito branco. Júlio César Chagas Santos, de 50 anos, é empresário do ramo de reciclagem no Rio de Janeiro. Enfrentou a pobreza na infância e conquistou seu espaço com muito trabalho e senso de oportunidade. Sabrina Fidalgo, de 36 anos, é cineasta e já nasceu em família abastada. No balé, era a única negra da turma.

Mais do que a cor da pele, os três têm em comum a classe social: são brasileiros negros que fazem parte do 1% mais rico do país. Frequentam festas, restaurantes, hotéis, cursos, espaços em que são minoria. Geralmente, únicos: na academia onde faz ginástica no Lago Sul, em Brasília, Mônica conta que não há outro sócio negro, como ela.



Sabrina, Júlio César e Mônica fazem parte do 1% mais rico (Foto: Phil Clarke Hill e Leopoldo

Silva/BBC Brasil)

São exceções também nas estatísticas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o 1% mais rico é formado por 79% de brancos e 17,4% de negros (classificação usada pelo órgão para os que se autodeclararam pretos e pardos. Os percentuais restantes se referem a amarelos e indígenas).

Há diferentes métodos para se chegar ao topo da pirâmide de renda. Um deles considera o 1% mais rico da população brasileiros que ganham mais de R\$ 260 mil por ano - o cálculo é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e da Receita Federal.

Neste grupo, que segundo projeções do IBGE reúne de 1,4 milhão de pessoas adultas, há cada vez mais negros. Em 10 anos, a presença deles aumentou de 12,5%, em 2004, para 17,4% em 2014.

“Mas ainda é pouco. A riqueza no Brasil é majoritariamente branca”, diz Marcelo Medeiros, economista e sociólogo do Ipea e uma das maiores autoridades do país sobre o tema renda e desigualdade, referindo-se ao fato de que esses 17,4% ainda estão muito longe de refletir os 53,6% da população brasileira negra, segundo o último censo.

Preconceito econômico e social



Embora correspondam a 53,6% da população, negros são só 17,4% entre os mais ricos (Foto: Agência Brasil)

Sociólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB), Emerson Rocha desenvolveu um estudo com base em dados do IBGE sobre o negro no mundo dos ricos. O que ele descobriu questiona a tese de que o preconceito no Brasil é mais econômico do que racial.

Segundo Rocha, a percepção do racismo aumenta ao longo da distribuição de renda. “Quanto mais alto na escala social o negro subir, maior o peso do racismo, contrariando a ideia de que, no Brasil, o negro que enriquece é socialmente aceito como ‘branco’”, afirma.

Sua explicação é de que o negro em posições subalternas tende a ser confrontado com menor frequência pelo racismo pelo fato de estar no que poderia ser chamado de “posição natural” – ao sair desse espaço, gera estranhamento, surpresa ou rejeição e está mais suscetível a manifestações de preconceito.

“O que a gente observa é que, à medida que os negros ascendem, novas formas de discriminação vão ganhando espaço. Mesmo com diplomas e carreiras bem-sucedidas, mais do que nunca, ele será um negro. E, para muitos, um corpo estranho e fora do lugar. As estruturas sociais ainda não estão preparadas para isso”, avalia Rocha.

A educação é apontada como fundamental para que se diminua a desigualdade na parcela dos mais ricos. “É preciso que mais negros ingressem nas universidades em cursos de elite como Medicina, Engenharia e Direito”, exemplifica a socióloga Tatiana Silva.

Em um estudo sobre raça e educação que conduziu no Ipea, a pesquisadora mostra que a desigualdade no ensino superior continua muito alta, apesar de um avanço nas últimas décadas. Em 2001, 13,3% das pessoas brancas e 3,5% das pessoas negras tinham 12 anos ou mais de estudo. Já em 2012, última pesquisa feita sobre o tema, os números subiram para 22,2% e 9,5%, respectivamente.

“Mesmo evoluindo, os dados indicam que a desproporção continua. Com menos negros nas universidades, há menos deles em posições de prestígio no mercado de trabalho e na sociedade”, conclui a pesquisadora.

Autossegregação



Estudo liderado por Tatiana Silva no Ipea mostra abismo na escolaridade (Foto: João Viana/

Ipea)

Contudo, os estudiosos avaliam que, sozinha, a educação não amplia a presença de negros entre os mais ricos - o racismo continua sendo um forte empecilho.

“Por ser socialmente aceito como norma em lugares de poder, um profissional branco consegue ‘vender’ um título de médico, advogado ou arquiteto no mercado de trabalho a preços mais altos que seu colega negro. E é geralmente por aí que a gente identifica a discriminação racial e a exclusão do negro nas esferas de poder”, diz Rocha.

Ou seja: se um negro se forma em Medicina, terá, provavelmente, menos perspectivas nos ramos mais bem pagos da profissão.

Para Rocha, apesar de avanços como a ampliação do acesso às universidades e no serviço público por ações afirmativas como cotas, ainda é preciso desnaturalizar a visão de que o lugar do negro é na pobreza.

Pesquisas apontam que essa visão afeta a sociedade como um todo. Por um lado gera discriminação e, por outro, cria o fenômeno da autosegregação.

Um estudo de 2006 do economista e demógrafo Eduardo Rios Neto, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mostra como, apesar da ascensão econômica, muitos negros, diferentemente de brancos, acabam se restringindo a seus espaços originais de moradia.

A pesquisa revela, por meio de mapas de sete grandes capitais brasileiras, que, apesar de terem condições de morar em um distrito de classe média alta, negros tendem a optar viver em áreas onde o padrão de renda é inferior - se um branco enriquece, tende a se mudar para uma área de maior status.

Essa separação é mais alta nas classes de renda mais elevada. “Pode-se inferir que a segregação racial entre brancos, pretos e pardos não pode ser atribuída apenas ao status socioeconômico. Fatores como autosegregação e racismo também têm que ser levados em consideração”, conclui o estudo, citado pelo Programa de Desenvolvimento Humano da ONU.

Excepcionalidade



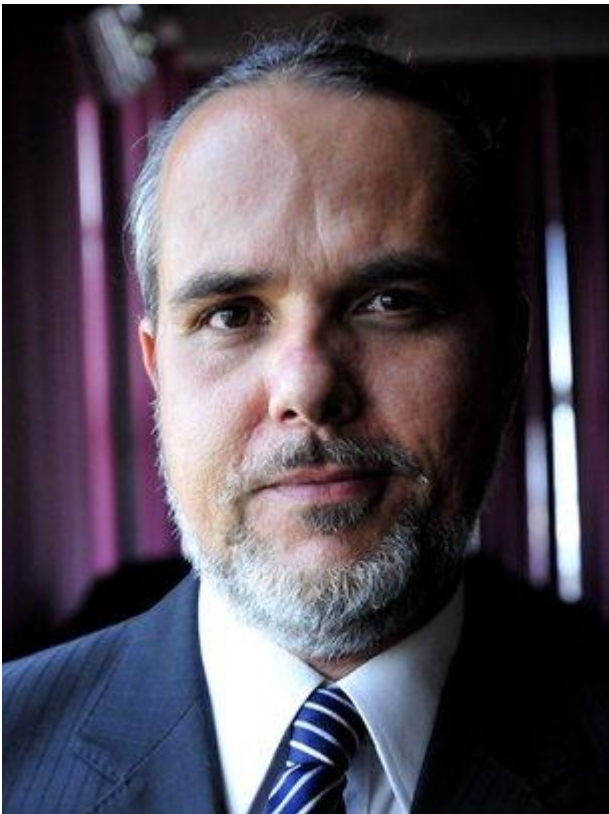
Políticas como a de cotas em universidades são tema de muito debate no Brasil (Foto: Agência Brasil)

Mônica, Júlio e Sabrina são exceções também neste aspecto. Vivem em áreas nobres de suas cidades, frequentam espaços considerados de elite e contarão para a BBC Brasil, nesta série de reportagens, como lidam com a situação excepcional na qual vivem.

Os três descreverão episódios de racismo que enfrentaram ao longo da vida, mas também suas soluções para lidar com o problema.

No caso de Sabrina, que já nasceu em família de alta renda, a educação que recebeu dos pais foi fundamental.

“Meus pais me diziam: você é linda, seu cabelo, sua cor, nossa história. Nunca tenha vergonha de sua raça e nem abaixe a cabeça para nada. Se você quiser ser médica, será. Se quiser ser atriz, também pode ser. Bailarina, miss, o que quiser. Eles diziam que eu era inteligente o bastante para isso”, lembra.



Marcelo Medeiros, do Ipea: 'A riqueza no Brasil é majoritariamente branca' (Foto: João Viana/Ipea)

Para ela, esse conselho lhe deu a certeza de que as dificuldades enfrentadas pelo negro na sociedade devem, sim, ser devidamente narradas, mas também as inúmeras histórias positivas que existem por aí.

“Incomodam muito esses discursos de que só vivências opressivas são legítimas. Soam quase como uma reafirmação do racismo de que, nós negros, só podemos merecer algo mediante à imposição de uma vivência de dor, humilhação, provações e opressões.”

Rocha, da UnB, acrescenta ser necessária uma reflexão sobre o significado de histórias individuais de superação diante das barreiras impostas pela discriminação. Ele explica que, muitas vezes, essas histórias positivas são usadas para se negar a existência de obstáculos provocados, entre outras coisas, pelo preconceito. “Algo como: se ela conseguiu, todos podem conseguir, então não reclame”, diz.

“Mas há outro olhar a ser lançado sobre essas histórias. Um olhar mais generoso e necessário. O olhar da inspiração e do aprendizado. Essas histórias mostram a todos que mulheres e homens negros têm plena capacidade para ocupar os mais diversos espaços em sociedade e que, portanto, o preconceito não tem cabimento”, analisa.

“Esse é o sentido por trás da intenção de termos cada vez mais pessoas negras em posições de destaque: construir um país onde sejam comuns os exemplos vivos que contrariam o preconceito. Visibilizar essas histórias é muito importante para mostrar a possibilidade de superação, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo.”

Noemia Colonna

Acesse no site de origem: [Como vivem os negros no clube do 1% mais rico do país \(BBC Brasil, 01/08/2016\)](#)